



Acesso à informação, segurança e proteção de dados: um caminho longo para Administração Pública

REDAÇÃO

18 de novembro de 2020 | 11h32

Tainá Aguiar Junquilha, Professora substituta da Universidade de Brasília. Doutoranda em Direito pela UnB.

Murilo Borsio Bataglia, Professor voluntário da Universidade de Brasília. Doutorando em Direito pela UnB.

Ana Claudia Farranha, Professora associada da Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Direito. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP.

O mês de novembro inaugura o que gostamos de chamar de “fim do ano”. Planejamento de festas e balanço do ano começam a ser gestados nessa época. Estamos chegando no *sprint* final da série “2020: o ano em que mudamos de vida”. Após a agitação dos meses anteriores com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), na primeira semana de novembro, assistimos aos capítulos emocionantes das eleições mais disputadas da história da democracia norte-americana, seguidas pela eletrizante sequência das eleições municipais no Brasil.

Nesses episódios, algumas polêmicas disputam o espaço no noticiário desde as acusações de fraudes nas eleições americanas (e brasileiras também), até incidentes de segurança da informação, e, em particular chama a atenção a ocorrência de diversas invasões hackers a sistemas de informação da Administração Pública, a começar pelo sistema do Superior Tribunal de Justiça (STJ), seguido pelo Ministério da Saúde (MS), pelo site do Governo do Distrito Federal (GDF) e, agora, suspeitas sobre ataque aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esses acontecimentos envolvem diversos assuntos, dentre os quais destacamos: proteção de dados, segurança e também o acesso à informação. Diante disso, esse artigo busca trazer breves reflexões sobre os desafios vinculados a esses temas, relacionando-os com legislações aplicáveis, e também questionando: como a Administração Pública pode lidar com tais desafios? Quais os possíveis desdobramentos?

Tendo isso em vista, iniciamos essa problematização perguntando: como funcionam esses ataques? Há fortes suspeitas de que se trata do golpe chamado *ransomware*, pelo qual se bloqueia por criptografia o acesso aos processos e informações dos órgãos e exigem-se valores pelo desbloqueio dos arquivos. Tais ataques ocorrem no momento em que a segurança da informação e a proteção de dados estão em debate, muito em função da entrada em vigor da LGPD, legislação protetiva da privacidade e que estabelece punições severas no âmbito administrativo às instituições por vazamentos de dados.

Ora, a LGPD tem como pilar e guia a prevenção. Isso significa que a LGPD é uma regulação que cobra de todas as instituições que lidam com dados condutas efetivas e demonstração de adoção das medidas técnicas possíveis e disponíveis, tais como: contratação da figura do encarregado de proteção de dados (DPO); desenvolvimento da cultura organizacional de protetiva de dados, privacidade por design e por default etc, para evitar danos ao direito fundamental da proteção dos dados pessoais e resguardar a privacidade. Antes da violação ao direito, é fundamental para avaliação do risco e do cálculo da sanção, a compreensão de quais as providências estavam sendo tomadas para evitar as falhas.

Visto isso, inclui-se nesse debate o tema da transparência ou acesso à informação. Além de ser um princípio a ser seguido pela Administração Pública (publicidade – art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988), o Brasil possui a Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei n. 12.527/2011), que, em breve completará 10 anos de promulgação.

A LAI permanece um importante instrumento responsável por assegurar o direito de acesso à informação pública, apesar de tentativas recentes de alteração dessa lei ou de seus procedimentos (que ampliariam possibilidades de sigilo ou prazos e justificativas de respostas – e que não foram concretizadas seja por revogação governamental das mudanças feitas pelo próprio governo, seja por ações no STF). Essa legislação traz em seu corpo a necessidade de observar a publicidade como regra e o sigilo como exceção, a divulgação de informações públicas, utilizando-se dos meios de comunicação para tanto. Ela abrange todos os Poderes da República^[1], Ministério Público, em todas as esferas federativas. Mas, com essa importância, questiona-se: como o acesso à informação se relaciona com a segurança da informação e proteção de dados?

Para responder essa pergunta, é importante deixar evidente que não se tratam de assuntos opostos. Pelo contrário, complementam-se. Na própria LAI, há indicativos que apontam essa relação: a Administração Pública deve assegurar a gestão transparente da informação; a proteção da informação (garantindo disponibilidade, autenticidade e integridade); e a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal. (Art. 6º, LAI).

Nesse sentido, verifica-se que já havia essa obrigação do Poder Público (seja ele no Executivo, Legislativo ou Judiciário, cada qual com suas regulamentações), em garantir a ampla divulgação de dados públicos, bem como garantir a proteção da integridade desses dados, combinados com a proteção de informações pessoais (sensíveis). Com a LGPD, essa questão da proteção ganhou maior debate, no entanto, inicialmente com um enfoque para o tratamento de dados pessoais armazenados por empresas, ou pela iniciativa privada.

Com esses ataques sobre instituições públicas no Brasil (STJ, GDF, MS, TSE), reacende-se a discussão sobre a proteção desses dados de responsabilidade da própria Administração Pública também. Surgem perguntas: como estão armazenados? Como se garante essa integridade de informações? Que ações de proteção tecnológica têm sido feitas para proteger a sua autenticidade?

Assim, dois pontos se destacam: i) saber a complementariedade dessas legislações e assuntos; ii) ter conhecimento e transparência sobre como a Administração Pública garante essa integridade (ou ao menos se são adotadas medidas para isso). E um último ponto compreende: iii) não justificar a ausência de transparência por meio da necessidade de proteção de dados.

Cabe, nesse cenário de incertezas, lançar destaque para situações em que a Administração pode se aproveitar dos princípios de privacidade e proteção de dados para justificar sigilos descabidos ou redução de divulgação de informações públicas que são de suma relevância para o debate público da sociedade.

A transparência é fundamental para a democracia (“oxigênio da democracia”, já diria a ONG Artigo 19 especializada nesse tema). Ter acesso a informações sobre como outras informações estão sendo geridas, se estão sendo protegidas e com autenticidade garantidas é o que se deve observar nesse momento.

A questão que fica é: estamos preparados para lidar com o “paradoxo” da transparência e segurança de dados públicos? Como funcionará a punição pelo descumprimento das normativas de proteção de dados, quando a própria Administração Pública mostra-se frágil, torna-se refém e alvo fácil de hackers?

Logo, esse debate buscou chamar atenção para esses novos desafios que se colocam para administradores públicos. Esses temas envolvem mais que questões técnicas de padrões de dados e sistemas de informação: envolvem questões políticas. É preciso decidir por ser transparente com a existência de proteção de dados, de autenticidade de informações públicas, que são fontes para tomadas de decisão e diversos projetos. Garantir a integridade da transparência e das informações revela-se fundamental.

O desafio, nesse caso, consiste em proteger dados pessoais e isso pode (e deve ser feito com padrões técnicos), ampliar processos de transparência, efetivando princípios democráticos e, principalmente, promover sistemas seguros e auditáveis com base nas melhores práticas de gerenciamento da informação. Nossa percepção é que esses temas foram muito pouco explorados no debate eleitoral de 2020. Mas, se o ano finda, certamente essas são questões que permeiam as esferas da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal. Quem conseguir, minimamente, conectar essas três pontas (proteção, informação e segurança), terá diante de si a possibilidade de aprofundar inovações que poderão combinar técnica e política, ou melhor, sócio-tecno-política.

A conferir. Que venha 2021 e seus novos capítulos empolgantes!!!

REFERÊNCIAS

BATAGLIA, Murilo Borsio; LEMOS, Amanda; FARRANHA, Ana Claudia. Proteção de Dados Pessoais e Acesso à Informação: Interfaces do Papel da Sociedade Civil no Processo Legislativo Brasileiro. In XIX Encontro da ANPAD – EnANANPAD 2020. 14 a 16 de outubro de 2020.

SOLOVE, D. J. Nothing to Hide: The False Tradeoff between Privacy and Security. Yale: University Press New Haven & London. 2001.

[1] Poder Executivo Federal possui o Decreto 7.724/2012 que regulamentou a LAI. O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 215/2015 para implementação da LAI no Judiciário. O Congresso Nacional possui regulamentos conforme cada casa (Câmara – Ato da Mesa n.45/2012 e Senado – Ato da Comissão Diretora n.09/2012).

RECOMENDADAS PARA VOCÊ



Mourão diz que jovens têm sido vítimas de 'intérpretes ideológicos'



Corregedoria vai investigar chefe de operação que diz 'não querer trabalhar'



Ministros do Supremo 'tiram' poder de Fux no recesso



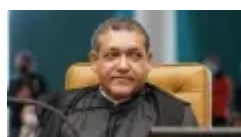


jair bolsonaro

DESTAQUES EM *POLÍTICA*



Marcelo Crivella, prefeito do Rio, é preso acusado de chefiar organização criminosa



Alinhado ao Planalto, Kassio ganha afagos de Bolsonaro e críticas de colegas no STF



O mundo dá voltas

Tendências:

[Marcelo Crivella, prefeito do Rio, é preso acusado de corrupção](#)

Com dados 'inflados', [Covas cumpre 68% do Plano de Metas](#)

Durante campanha, [Crivella disse que Paes é que seria preso](#)

[Crivella tinha 'subserviência assustadora' a Rafael Alves, diz decisão](#); veja quem é quem na operação

Com mulher negra, [Covas anuncia primeiros nomes do novo secretariado](#)

Black Friday, Natal e os delírios de consumo de um país desigual

REDAÇÃO

22 de dezembro de 2020 | 17h38

Bruno Lazzarotti Diniz Costa [doutor em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador na Fundação João Pinheiro].

(...)

Estou, estou na moda.

É duro andar na moda, ainda que a moda

seja negar minha identidade,

trocá-la por mil, açambarcando

todas as marcas registradas,

todos os logotipos do mercado.

Com que inocência demito-me de ser

eu que antes era e me sabia

tão diverso de outros, tão mim mesmo,

ser pensante, sentinte e solidário

com outros seres diversos e conscientes

de sua humana, invencível condição.

Agora sou anúncio,

(...)

E nisto me comparo, tiro glória

de minha anulação.

(...)

Onde terei jogado fora

meu gosto e capacidade de escolher,

minhas idiossincrasias tão pessoais,

tão minhas que no rosto se espelhavam

(...)

sou gravado de forma universal,

(...)

objeto pulsante mas objeto

que se oferece como signo de outros

objetos estáticos, tarifados.

(...)

peço que meu nome retifiquem.

Já não me convém o título de homem.

Meu nome novo é coisa.

Eu sou a coisa, coisamente

Com o natal se aproximando e as festas de final de ano batendo à porta, o Observatório não poderia deixar de discutir o consumo e a sua relação com a desigualdade. Por exemplo, em novembro tivemos mais uma edição da versão brasileira da chamada “Black Friday”, data em que – supostamente – comércio e serviços ofereceriam produtos a preços especialmente mais baixos como forma de dar vazão a estoques antes das vendas de Natal. Apesar das dificuldades e das incertezas da economia e da renda – e muitas vezes violando os cuidados básicos de prevenção à Covid-19 – o que se viu foi o tradicional apelo ao consumo, não propriamente como decisão racional de consumidores que avaliam as suas necessidades frente aos preços oferecidos e a suas possibilidades financeiras: o consumo e a posse de bens e serviços (muitas vezes supérfluos) é apontado com uma gratificação

maneiras; o consumo e a posse de bens e serviços (muitas vezes superfluos) e apontado com uma gratificação por si mesmos e, em grande medida, uma maneira de se sentir – ser visto assim pelos outros – alguém especial, único e admirado.

O leitor dirá que isto tudo – o consumismo, o apelo à propaganda e a avaliação das pessoas a partir do que elas possuem ou compram – é bastante conhecido e lamentar sua prevalência é um ritual tão disseminado quanto o próprio consumismo. E estará coberto de razão, é claro. O sentido deste post do Observatório, porém, é outro: refletir sobre o que a compulsão, os hábitos e as motivações para o consumo nos dizem sobre a desigualdade. Ou, de outro modo, como a desigualdade alimenta e define as escolhas de consumo de um país.

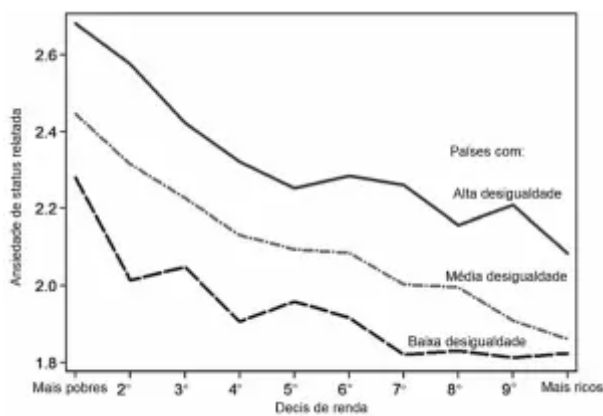
Para entendermos, temos que lembrar que os mecanismos pelos quais as desigualdades se organizam em nossas sociedades são de distintas naturezas: a) econômicas – que definem as classes sociais; b) de status – o valor, prestígio ou reconhecimento desiguais que a sociedade atribui ou nega, muitas vezes injustamente, a diferentes grupos, a partir de critérios arbitrários, como gênero, raça, renda ou linhagem familiar; c) de poder – os recursos formais e informais, lícitos e ilícitos, que diferentes grupos detêm para influenciar as decisões coletivas (poder político, acesso e participação nos espaços de decisão) ou os comportamentos e opiniões de outras pessoas e grupos (poder econômico e social, visibilidade, acesso à imprensa etc.). A posição das pessoas na sociedade resulta da combinação de sua posição pelo menos (pelo menos, pois há outras) nestas três dimensões (riqueza, status e poder) das desigualdades sociais. Geralmente, quem está em posição privilegiada em uma destas dimensões, também tende a ocupar o mesmo tipo de posição nas outras dimensões. E mais: o acesso a um destes recursos (riqueza, status ou poder) é um meio para melhorar sua posição quanto aos outros recursos.

Da discussão acima, o que nos interessa para compreender a relação entre consumismo e desigualdade é o papel da hierarquia de status na conformação das desigualdades sociais. O status – que envolve, como dissemos, o valor, prestígio, reconhecimento e pertencimento desigual atribuído ou negado a diferentes grupos, segmentos e ocupações – é diferente dos outros recursos, como riqueza e poder. Enquanto o dinheiro a que você consegue ter acesso é seu e você pode utilizá-lo como lhe convier, independentemente do que os outros pensem ou gostem, com o status é diferente: o seu prestígio, o seu valor social, a maneira pela qual você será tratado depende do reconhecimento dos outros. Enquanto pertencer a uma classe econômica depende apenas da quantidade de dinheiro ou capital uma pessoa tem, pertencer a um grupo de status depende de ser reconhecido pelos outros como membro deste grupo.

E finalmente chegamos ao ponto importante para a discussão do consumo e do consumismo. Em sociedades como a do Brasil, que combinam muita desigualdade com pouca mobilidade social, os mecanismos de hierarquização de status se mantêm centrais e disseminados, ainda que nem sempre visíveis, e sustentam parte significativa da desigualdade social, inclusive econômica. Ou seja, em sociedades muito desiguais, a dimensão de status se torna mais importante para a manutenção das posições na hierarquia social, a disputa pelos mecanismos de acesso às posições de status se torna mais crucial e a busca pela diferenciação de status, pelo reconhecimento como pertencentes aos grupos mais bem sucedidos – e igualmente importante – pela exclusão dos grupos subalternos torna-se um processo permanente e feroz. O que quer dizer que a manutenção da desigualdade e a preservação das posições sociais depende também da capacidade dos grupos tradicionais em assegurar o monopólio das posições de status, mas também o monopólio sobre os mecanismos de acesso a estas posições (especialmente educação). Mas, como a inclusão e exclusão dos grupos de status é um processo subjetivo e relacional e depende da maneira como os outros nos posicionam e nos avaliam, torna-se importante, na mesma medida, garantir a posse exclusiva dos símbolos de status e distinção: por exemplo, estruturas de consumo, como marcas, carros, serviços de saúde e educação privados e também lazer, como viagens, frequência a estabelecimentos etc. E, portanto, os marcadores herdados e impostos de classificação entre os “de dentro” e os “de fora” (raça, gênero e origem social) ganham mais saliência quando os elementos acima passam a ser objeto de disputa. Numa frase, em sociedades muito desiguais, o status é central e é também um bem posicional, trazendo mecanismos psicossociais como ansiedade de status e privação relativa para o centro das interações sociais e políticas.

O recente trabalho de Wilkinson e Pickett sobre as consequências e mecanismos psicossociais da desigualdade mostra que, quanto maior a desigualdade, maior a intensidade do que é caracterizado como ansiedade de status, ou a insegurança quanto à avaliação por outros, como ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1: Relação entre ansiedade de status e a renda



Fonte: Wilkinson e Pickett (2017)

O gráfico evidencia dois pontos centrais: primeiro, a ansiedade de status declina à medida que a aumenta a posição do indivíduo na escala de rendimentos. Quer dizer, como era de se esperar, quanto menos pessoas estão acima de alguém em uma determinada sociedade, menos este alguém precisa se preocupar com a avaliação dos outros sobre si, provavelmente porque menos consequências ela tem sobre suas chances de vida e menos depende dela; a ansiedade de status é bem maior para aqueles que se encontram nas posições menos favorecidas. No entanto, a informação mais importante do gráfico é a que evidencia que a ansiedade de status é maior, para qualquer posição na distribuição de renda, em sociedades mais desiguais, reforçando a importância do status na hierarquia social e nas interações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

Em terceiro lugar, Wilkinson e Pickett (2017) mostram também que, na medida em que o consumo de ostentação – aquele motivado total ou parcialmente pelo desejo de se mostrar aos outros, como o consumo de “grifes” famosas ou carros maiores ou mais luxuosos do que uma pessoa realmente necessita – “é um tipo de propaganda de si mesmo que diz da competição por status”, seria de se esperar que sua relevância seja maior em sociedades mais desiguais.

Um exemplo claro da afirmação acima ficou evidenciado em uma pesquisa recente que investigou as principais tendências de busca no maior site de buscas do mundo, o Google. Utilizando o Google Correlate e o Google Trends, a pesquisa mostrou que, tanto internacionalmente quanto entre os 50 estados dos EUA, nos locais onde há mais desigualdade, os indivíduos tendem mais a realizar buscas online por bens de alto status. Além disso, vale ressaltar que o efeito da desigualdade sobre a tendência ao consumo para ostentar não é exclusividade de países ricos e que também existem evidências de que assim como a desigualdade aumenta a aptidão ao consumo de ostentação, ela também tende a aumentar o endividamento e as falências. Enfim, em sociedades como a brasileira, a estrutura, a dinâmica e as disputas entre insiders e outsiders em torno do controle ou monopólio das posições de status, dos mecanismos de acesso a elas e dos símbolos de status têm centralidade na produção e reprodução da estrutura de desigualdades, oportunidades e poder.

Assim, a estrutura e relações de consumo e lazer são espaços fundamentais para a atribuição e disputa pelo status. São elementos de distinção e símbolos de status. São, portanto, também, em um plano mais abrangente, bens posicionais. Ou seja, seu valor depende do controle e exclusividade por parte dos “de dentro” e de exclusão “dos de fora”. Como símbolo de status e de diferenciação, o valor, por exemplo, de eu possuir e exibir um carro caro ou de luxo não vem apenas (e nem principalmente) do conforto ou segurança que ele me proporciona; vem do fato de eu possuir algo (ainda que com sacrifício de outras necessidades e em 72 prestações) que a maior parte das pessoas não possui, fazendo com que eu seja avaliado como parte do grupo dos privilegiados ou bem sucedidos. Se o acesso a este carro se ampliar ou se generalizar, ele perde este valor. Para que ele tenha valor para mim, é igualmente importante que eu possua estes bens que simbolizam status e que os outros não o possuam. Vem daí a ideia de ansiedade de status e de privação relativa: sociedades desiguais estimulam e nos empurram ao consumismo, ao mesmo tempo em que nos tornam mesquinhos em relação ao acesso dos outros em relação aos mesmos bens.

Pois bem. Pode-se explorar esta dinâmica no Brasil do início do século até aproximadamente 2015, em que se combinaram redução da desigualdade de rendimentos, aumento da renda dos trabalhadores e democratização do

acesso ao crédito, ampliando e modificando a estrutura e pautas de consumo da população. E como esta ansiedade de status e a reação à perda do monopólio dos símbolos de status e de distinção organizados em torno do consumo acirrou os conflitos sociais e lançou por terra a ilusão de uma sociedade marcada pela cordialidade nas relações cotidianas. O instituto DataPopular, especializado em pesquisa de mercado e comportamento do consumidor, realizou pesquisa sobre o que se chamou, à época, Nova Classe Média. Há, evidente, enorme dissenso sobre este termo e sobre como enquadrar este público, conforme a definição que se dá à noção de classe e do que caracterizaria a classe média. Não é necessário, porém, para efeitos deste post, uma digressão maior sobre o tema. Basta considerar que estamos nos referindo a vastos contingentes da população os quais, com acréscimo de renda e de posição ocupacional, ampliaram sua capacidade de consumo para bem além das necessidades mais básicas, adentrando o mercado de consumo e lazer pela primeira vez em muitas gerações.

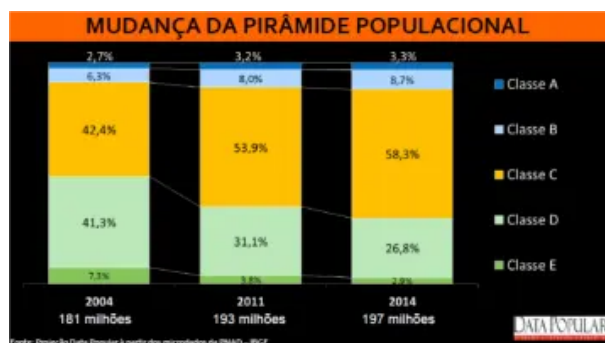
Tabela 1: Critério de Renda Per Capita

Critério de Renda Per Capita		
	Média da Renda Familiar	
	Renda familiar média	Renda por Pessoa - Salão
A1	R\$ 25.308,50	De R\$ 5.950,01 mais
A2	R\$ 11.632,33	De R\$ 2.600,00 a R\$ 5.950,00
B1	R\$ 7.320,28	De R\$ 1.925,00 a R\$ 2.599,99
B2	R\$ 5.272,54	De R\$ 1.250,00 a R\$ 1.924,99
C1	R\$ 3.379,08	De R\$ 770,50 a R\$ 1.249,99
C2	R\$ 1.829,18	De R\$ 291,00 a R\$ 770,49
D	R\$ 824,77	De R\$ 71,00 a R\$ 290,99
E	R\$ 256,41	Até R\$ 70,99

Valores inflacionados para agosto de 2011 pelo IPCA.

Fonte: DataPopular

Gráfico 2: Mudança da pirâmide populacional

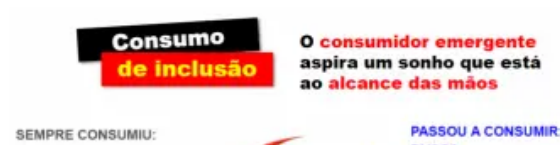


Fonte: DataPopular

O que a tabela 1 e o gráfico 2 acima mostram é que o contingente que mais se expandiu com o aumento da renda no período se situa na região intermediária da renda. No entanto, do argumento sobre a relação entre renda e status decorre que a mobilidade intensiva de renda não será imediatamente acompanhada de mobilidade de status. Mas tende a ser acompanhada de mudanças nas aspirações de status dos grupos emergentes e de apropriação dos símbolos de status e de distinção expressos nas pautas de consumo, estilos de vida e lazer. Sendo estes justamente bens posicionais, a pressão dos outsiders virá acompanhada do sentimento de privação relativa por parte dos insiders, traduzido em ressentimento e resistência.

É um argumento plausível, mas há evidências para sustentá-lo? Se não há evidências, no sentido forte do termo, a mesma pesquisa do DataPopular aponta alguns indícios. A figura 1 abaixo mostra, de forma bastante consistente, o que seria a dinâmica de aspirações em relação à estrutura de consumo e status dos grupos médios estabelecidos e dos grupos ascendentes.

Figura 1: Estruturação do consumo





Fonte: DataPopular

Adicionalmente, como mostra a figura 2, a classe média tradicional orienta suas escolhas de consumo basicamente pela noção de distinção: exclusividade, busca pelo consumo do intangível e ostentação; já os setores ascendentes estão buscando a inclusão e aceitação em novos espaços e grupos. Os resultados da pesquisa também dão indicações dos conflitos, do mal estar da ansiedade de status desencadeados pela ameaça de perda do monopólio dos símbolos de status e de distinção.

Figura 2: O que a Classe Média Tradicional pensa sobre a Nova Classe Média



Fonte: DataPopular

O primeiro já foi tratado acima e sustentou que a centralidade da hierarquia de status para a reprodução da estratificação no Brasil, com a decorrente permanência dos mecanismos e elementos de distinção, faz com que o acesso – limitado e desigual – a um conjunto de bens, serviços e espaços os caracterize como bens posicionais, que perdem valor com sua democratização; assim, do ponto de vista da economia política, pode-se dizer de forma um tanto paradoxal que, para os insiders, distribuição é redistribuição ou, o acesso dos outsiders é, em si mesmo, um custo.

Em segundo lugar, dado o nível estratosférico de concentração e exclusão dos principais símbolos de status, mecanismos de aquisição de status e elementos de distinção, pode-se pensar em uma grande “capacidade social ociosa”, de incorporação nestes espaços, ou seja, início do período, a incorporação de alguns outsiders não ameaçava a posição de ninguém. No t (o), o custo marginal (em termos de valor posicional do bem), para os insiders, da presença de um negro a mais na universidade ou de um porteiro a mais no aeroporto era muito baixo; à medida que esta presença crescia o custo marginal da inclusão, em termos de valor posicional ou de monopólio sobre os mecanismos de aquisição de status começa a aumentar muito e se tornar perceptível, fazendo com que a inclusão seja vista como ameaça à própria posição dos “de dentro”.

Se o tempo escala a insatisfação daqueles que veem sua posição ameaçada, ele altera também a percepção dos que ascenderam em termos de renda: no início do período, o grupo ou posição de referência dos que ascenderam economicamente é a posição de onde saíram, portanto, sua percepção é de progresso, sua atitude é positiva. Após dez anos de ascensão econômica, seu grupo de referência não é mais o ponto de partida, é o grupo de status ao qual almeja pertencer e que resiste a aceitá-los, apesar da aspiração, identificação e da admiração construída. Passam também a se sentirem privados, uma atitude de insatisfação. Temos então na fronteira pouco clara dos setores médios da sociedade um mal-estar, uma insatisfação generalizada, que pode encontrar objeto e direção no grupo no poder.

Em síntese, a partir da discussão acima, fica claro a influência da desigualdade nas escolhas de consumo de um país, ou seja, os hábitos e as razões para o consumo são fortemente influenciados pela desigualdade. Além disso,

evidenciou-se que a ansiedade de status é maior em sociedades mais desiguais, independentemente da posição do indivíduo na distribuição de renda, reforçando a importância do status na estratificação social. Desse modo, com o natal se aproximando e o consumismo se acentuando, esse post do observatório mostrou como as escolhas dos indivíduos na hora de comprar não são aleatórias ou por acaso, mas sim fruto da busca por elementos de distinção, aceitação e pertencimento. Sociedades muito desiguais estimulam um tipo de consumo que, ao fim e ao cabo, nos torna mais egoístas, amesquinha nossas necessidades e torna a exclusão de outros cidadãos motivos de autogratificação e satisfação. No fim das contas, o maquinário engenhoso e perverso da desigualdade invade todas as esferas de nossa vida e torna nossas escolhas e hábitos mais privados – como as decisões sobre o que consumir – ainda menos autônomos e orientados pelo olhar dos outros, ao contrário de expressar nossa individualidade, gostos e necessidades.

Referências:

Wilkinson, R. G., & Pickett, K. E. (2017). *The enemy between us: The psychological and social costs of inequality*. *European Journal of Social Psychology*, 47(1), 11–24.

RECOMENDADAS PARA VOCÊ

ESTADÃO 

Crivella preso

ESTADÃO 

Prisão de Crivella afasta Republicanos como alternativa para Bolsonaro

ESTADÃO 

Médico e empresários enganam ao desqualificar medidas protetivas e culpar China pela pandemia

ESTADÃO 

'Se tem Lei Maria da Penha, não tô nem aí. Ninguém agride ninguém de graça', diz juiz em audiência; Corregedoria investiga o caso

DESTAQUES EM *POLÍTICA*



Marcelo Crivella, prefeito do Rio, é preso acusado de chefiar organização criminosa



Alinhado ao Planalto, Kassio ganha afagos de Bolsonaro e críticas de colegas no STF



O mundo dá voltas

Tendências:

[Marcelo Crivella, prefeito do Rio, é preso acusado de corrupção](#)

Com dados 'inflados', [Covas cumpre 68% do Plano de Metas](#)

Durante campanha, [Crivella disse que Paes é que seria preso](#)

[Crivella tinha 'subserviência assustadora' a Rafael Alves, diz decisão](#); veja quem é quem na operação

Com mulher negra, [Covas anuncia primeiros nomes do novo secretariado](#)

Bolsonaro e o bolsonarismo.

REDAÇÃO

18 de dezembro de 2020 | 17h22

José Antonio Gomes de Pinho, professor titular aposentado – Escola de Administração – UFBA; Pesquisador FGV-EAESP.

Certamente ainda é cedo para falar em bolsonarismo, enquanto uma corrente estabelecida, se é que se falará. Fazendo um paralelo com o lulismo, este aconteceu quando o líder superou o partido, quase ganhando vida própria. Bolsonaro não se enquadra neste caso, pois nem partido tem, o que lhe caracteriza bem, à margem das instituições. Um suposto bolsonarismo parece difícil de ser enquadrado em qualquer paradigma conhecido, embora sua ação contenha traços da alt-right internacional, mas as particularidades locais e dele próprio assumem um papel preponderante, conformando talvez uma infausta alt-right tropical. A questão é complexa, apresentando o ex-capitão presidente, traços autocráticos, populistas, permeado por um forte conteúdo de obscurantismo e negacionismo, incrementados pela presença ativa de militantes destas cepas nas redes sociais. A emergência de um possível bolsonarismo passa, necessariamente, no mínimo por sua vitória na próxima eleição presidencial de 2022, à qual já se declarou candidato pessoalmente com menos seis meses de governo. Nunca se

presidenciais de 2022, a qual já se declarou candidato precocemente com meros seis meses de governo. Nunca se assistiu um presidente mal tendo esquentado a cadeira presidencial se declarar candidato em uma longínqua disputa. Mas é isso, o poder cria ambições maiores, já nos dizia Hobbes, ainda que com Bolsonaro muito seja fora da hora e do contexto.

Mesmo sendo essas questões profundas e pertinentes, vamos nos restringir aqui em examinar as possibilidades de vitória de Jair Bolsonaro em outubro de 2022, a partir da análise das eleições municipais recentes, conscientes das diferenças expressivas entre o espírito dessas duas disputas. Entendemos que podem servir de sinalização e tendência para um futuro, não tão perto assim, mas também não muito distante. Não vamos nos valer de resultados de pesquisas, ainda que de importância vital para a democracia, mas que são expressões de um dado momento, um flash da realidade naquele momento, expressão da conjuntura.

Mais especificamente vamos nos valer dos municípios onde o presidente emprestou seu apoio a candidatos ao cargo de prefeito. Dos 16 candidatos a prefeito que Jair Bolsonaro apoiou apenas cinco foram eleitos, nos seguintes municípios: Anápolis (GO), São Gonçalo (RJ), Ipatinga (MG), Parnaíba (PI) e Rio Branco (AC). Chama atenção o fato de Bolsonaro só ter logrado êxito com os candidatos que apoiou em uma capital (Rio Branco) e apenas em três municípios do conjunto de 95 dos que tem 2.º turno. E neste conjunto que compreende quase 40% do eleitorado nacional e com um elevado potencial de reverberação do jogo político, o presidente teve sucesso, ainda que sem apoiar diretamente, apenas em outros três municípios (Vitória, Campinas e Sorocaba), através do Republicanos, partido mais afinado com sua ideologia. Como se verifica, é um resultado muito pífilo, mas isso não quer dizer que ficará sem palanque em 2022, dada sua aproximação com o Centrão, que, como se sabe, avaliará permanentemente onde está colocando suas fichas.

Outro componente ainda merece ser trazido à cena para analisar a viabilidade de um suposto bolsonarismo. Quando o presidente deixou o PSL e partiu para a carreira solo de construir o *seu* partido, havia uma sensação que isso seria alcançado com relativa facilidade, dada a votação que tivera poucos meses atrás, mas tal não sucedeu, o que pode ser avaliado como a escassez de as adesões ao seu projeto partidário, que não atingem nem os estimados 15% de bolsonaristas raiz.

Porém, mais importante que olhar essas poucas vitórias, vale a pena focar nas muitas derrotas, algumas emblemáticas pelo que representam, chamando atenção para três casos: São Paulo, Rio e Fortaleza. Neste último, o candidato, Capitão Wagner, que liderou a revolta dos policiais militares no começo do ano, até tentou esconder o apoio presidencial, mas a afinidade ideológica entre os dois é inquestionável. Nos casos de São Paulo e Rio, foram derrotas retumbantes por (i) serem as duas principais capitais, (ii) pelo fato do presidente ter se dedicado à campanha (embora minimize o fato) e (iii) por serem candidatos com forte identificação com o apoiador. O caso de São Paulo com Russomano é bem ilustrativo. Ainda que seja um contumaz perdedor, na eleição de 2016 teve 790 mil votos, e agora, com o apoio explícito de Bolsonaro, alcançou apenas 560 mil votos, uma queda apreciável. No Rio de Janeiro, deu-se o mesmo. Crivella concorria à reeleição, havia tido 842 mil votos (referentes ao 1º turno) em 2016 e amealhou somente 576 mil votos (1º turno) em 2020, uma encolhida estrondosa, apesar do apoio do presidente. Assim, o ex-capitão como cabo eleitoral mostra-se pouco convincente e efetivo, afastando eleitores e votos.

No entanto, sempre pode ser argumentado, e com razão, que esses dois ou três casos não seriam bolsonaristas raiz. Então, vamos a um caso, e mais raiz não poderia ser: seu filho Carlos. Vereador desde os 17 anos, teve sempre uma votação relativamente pequena, até explodir em 2016, com 106 mil votos, quando o nome do pai já se tornava nacional, ocupando o primeiro lugar no ranking dos eleitos. Agora, porém, viu sua cesta de votos cair para 70 mil, uma queda de um terço do que havia alcançado quatro anos atrás, quando seria razoável se esperar um crescimento nos votos conseguidos, dada a posição de seu pai. Pode parecer prosaico, mas é assim que as coisas funcionam em um clã. A primeira ex-mulher do presidente, também não decolou, alcançando pouco mais de dois mil votos. Destino mais ingrato teve a “funcionária” Wal do Açaí, com duas centenas de seguidores. Assim, parece claro que a grife Bolsonaro não está nada bem no mercado de votos.

Evidentemente extrapolar esse cenário para 2022 seria leviano, temeroso, mas parece difícil o presidente reverter este quadro. O fim do auxílio emergencial, a difícil recuperação econômica, a fila de desempregados, a persistência da pandemia. Por ora, a estratégia política é se entregar ao Centrão, para viabilizar os seus efetivos

projetos: a salvação da pele dos filhos e sua própria, e tentar a reeleição. Daí a importância da eleição do presidente da Câmara para o próximo mandato. Componente desta estratégia também se encontra a colocação de pessoas de confiança em instituições de controle, até onde conseguir.

E até a próxima eleição presidencial ainda há muito espaço (ou tentativas, pelo menos) para destruição, para criação do caos, agora com a reativação do excludente de ilicitude e a irresponsabilidade doentia no tratamento da questão das vacinas, agora sendo parcialmente mitigada, por pressão da sociedade e da opinião pública. Por outro lado, a devastação da Amazônia continua em curso, apesar de discursos oficiais em contrário, mais uma expressão do negacionismo. Como se vê, ainda há espaço para *a boiada continuar passando*, o que só reforça a necessidade de vigilância por parte dos segmentos sérios da Nação.

DESTAQUES EM *POLÍTICA*



Alinhado ao Planalto, Kassio ganha afagos de Bolsonaro e críticas de colegas no STF



Marcelo Crivella, prefeito do Rio, é preso acusado de chefiar organização criminosa



Bruno Covas congela aumento do IPTU de SP em 2021

Tendências:

[Marcelo Crivella, prefeito do Rio, é preso acusado de corrupção](#)

Com dados 'inflados', [Covas cumpre 68% do Plano de Metas](#)

Durante campanha, [Crivella disse que Paes é que seria preso](#)

[Crivella tinha 'subserviência assustadora' a Rafael Alves, diz decisão](#); veja quem é quem na operação

Com mulher negra, [Covas anuncia primeiros nomes do novo secretariado](#)